



Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social - CEPPS

Ata da 13^a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social - CEPPS, realizada no dia 18 de setembro de 2025

Dia dezoito (18) do mês de setembro de 2025, às 14:00hs, no Ambiente Virtual fornecido pelo software Google Meet, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social da Cearaprev - CEPPS: **José Garrido Braga** (Conselheiro Suplente do Presidente do CEPPS), **José Juarez** (Conselheiro Nato Titular - Presidente da Cearaprev), **Marcelo Gondim Picanço** (Conselheiro Titular - Representante do Estado - TCE), **Patrícia Lima de Sousa** (Conselheira Titular - Representante do Estado - PGJ), **Jeruza Feitosa** (Conselheira Titular - Representante Vinculada ao SUPSEC - NUTEC), **Nilson de Souza Cardoso** (Conselheiro Titular - Representante Vinculado ao SUPSEC - FUNECE), **Manuel Carlos** (Conselheiro Suplente - Representante Vinculado ao SUPSEC - SOP), **Maria Carmelita Sampaio Colares** (Conselheiro Titular - Representante Vinculado ao SUPSEC - SEPLAG), **Virgínia Assunção** (Conselheira Titular - Representante Vinculado ao SUPSEC - FUNECE), **Audrey Petrola** (Conselheiro Suplente - Representante Vinculado ao SUPSEC - MPE), **Sérgio Antônio Martins da Silva** (Conselheiro Titular - Representante Vinculado ao SUPSEC - CBMCE). Como convidados, **Isaac Figueiredo** (Atuário do Estado - COGEP - Servidor Seplag), **Paulo Sucupira** (Diretor da Assessoria de Gestão de Investimentos da Cearaprev), **Paloma Musa** (Diretora da Assessoria de Estudos Econômicos e Atuariais), **Jeffson Holanda** (Assessor da Presidência da Cearaprev) e **Andrea Duarte** (Diretora da Assessoria Jurídica da Cearaprev). A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive. Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos para análise dos tópicos da pauta do dia: **1)** Aprovação das atas 12º RO e 5º RE; **2)** Proposta de Revisão da segregação de massa para 2025; **3)** Apresentação do relatório da avaliação atuarial 2025; e **4)** Encaminhamentos e Deliberações. Os materiais anexos às pautas foram enviados previamente aos membros do Conselho via e-mail e whatsapp. Fazendo uso da palavra, o conselheiro José Garrido cumprimentou os conselheiros(as) presentes e deu abertura aos trabalhos. Paloma seguiu com a primeira pauta do dia **1)** Aprovação das atas 12º RO e 5º RE, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, Isaac Figueiredo passou para a próxima pauta, **2)** Proposta de Revisão da segregação de massa para 2025. No primeiro ponto de pauta a conselheira Virginia Assunção e outras/os conselheiras/os fizeram considerações sobre a forma de elaboração e aprovação das atas, pois não estavam sendo enviadas antecipadamente para fins de leitura e complementação, caso necessário. A informação da Secretaria Executiva do CEPPS é que após a aprovação das atas em reunião do Conselho elas iriam ser enviadas a todas/os conselheiras/os.



Assim, a representação das/os servidoras/es, em sua maioria, solicitou que antes de aprovadas as atas fossem encaminhadas antecipadamente para análise e sugestões das/os conselheiros que participaram da sessão. Isaac iniciou a apresentação explicando que, naquela reunião, estava em uma posição diferente das demais ocasiões em que participou do Conselho Deliberativo da Previdência. Desta vez, comparecia como convidado, pois uma das pautas tratava da revisão da segregação da massa, estudo para o qual foi designado na qualidade de atuário do Estado. Ele ressaltou que todo o trabalho estava sob o olhar atento do secretário Garrido e do secretário Cialdini. Contou que, na semana anterior, apresentou a proposta ao secretário Cialdini, acompanhado do secretário Garrido, e que este, prontamente, considerou o tema relevante não apenas do ponto de vista previdenciário, mas também para o Estado e para a sociedade. Isaac destacou que o assunto já era familiar aos presentes, pois se tratava do quarto movimento relacionado à chamada Revisão da Segregação da Massa. Antes de avançar, fez questão de reconhecer a parceria com a Cearaprev, em especial com Paloma, que vinha conduzindo o andamento da reunião. Ele contou que, semanalmente, ela se reunia com a equipe para a realização dos estudos, cálculos, relatórios e preparação da apresentação, em um trabalho conjunto desenvolvido “a quatro mãos”. Em seguida, relembrou a estrutura administrativa da previdência estadual. Explicou que a SEPLAG é o órgão ao qual a Cearaprev está vinculada e que essa entidade administra dois sistemas: o Sistema Único de Previdência, destinado aos servidores civis, e o Sistema de Proteção Social dos Militares, voltado para os militares. Abaixo deles, estão os fundos mantenedores das contribuições e dos benefícios. Entre eles, citou o Funaprev, que acolhe os servidores admitidos antes de 2014 e atualmente apresenta déficit; o PREVID, fundo criado para os servidores que ingressaram a partir de 2014 e que se mantém equilibrado do ponto de vista financeiro e atuarial; e o PREVMILITAR, destinado a todos os militares, antigos e novos, sem distinção. Isaac direcionou a atenção para o PREVID, o fundo mais recente, criado em 2014, apresentando um diagrama de frequência que detalha os diferentes tipos de vínculo: ativos, inativos e pensionistas. Isaac prosseguiu destacando um gráfico sobre a distribuição de segurados do PREVID, em que a cor azul representava os servidores ativos. Explicou que, por se tratar de um fundo relativamente novo, com pouco mais de uma década de existência, sua composição é formada, em grande parte, por servidores ativos, cuja idade média é de 38 anos e meio. Os inativos, identificados em vermelho, são poucos e correspondem a casos pontuais de servidores que se tornaram inválidos, situação já registrada em experiências anteriores do PREVID. Em seguida, chamou a atenção para a expressiva presença de pensionistas, representada por uma grande nuvem no diagrama. Observou que, sob uma perspectiva natural, esse volume não era esperado, já que os ativos são, em sua maioria, jovens e ainda não houve tempo suficiente para que a mortalidade gerasse tantas pensões. Essa concentração, explicou, é resultado das revisões e segregações de massa realizadas antes da atual, que já passou por três etapas: em 2019, 2021 e 2024. Cada uma delas incorporou ao PREVID uma parcela de pensionistas que antes estavam no Funaprev. Na primeira, foram 759 matrículas; na segunda, em pleno período da pandemia, mais de 9 mil; e, na terceira, ocorrida há pouco mais de um ano, aproximadamente 3.500 pensionistas migraram para o PREVID. Isaac ressaltou que a proposta em análise está fundamentada na Portaria Ministerial nº 1.467/2022, especialmente no artigo 59, que trata da implementação ou



revisão da segregação da massa. Esse dispositivo exige que qualquer movimento de migração de beneficiários entre fundos esteja embasado em estudo técnico que avalie impactos administrativos, financeiros, patrimoniais e atuariais, além de considerar a viabilidade de médio e longo prazos para a gestão do ente federativo. Tal revisão precisa do aval e das assinaturas do Conselho Deliberativo do RPPS, que é a porta de entrada para qualquer alteração. Ele lembrou ainda que, para atender às exigências do Ministério da Previdência, são necessários cinco requisitos. O primeiro, já alcançado, é a deliberação do Conselho. Em seguida, as três últimas avaliações atuariais devem apresentar superávit. Nesse ponto, Isaac apresentou os números: em dezembro de 2022, o PREVID registrou superávit de R\$1,89 bilhão; em dezembro de 2023, R\$3,50 bilhões; e, em dezembro de 2024, R\$1,79 bilhão. Outro critério é a impossibilidade de transferência de recursos do PREVID para o FUNAPREV, previsão já contemplada nas minutas de lei anexas ao estudo. Além disso, é necessário respeitar a margem para revisão da segregação, tema que foi detalhado no slide seguinte. Isaac explicou que o processo precisa ser respaldado por lei e decreto, passando pela análise do Poder Legislativo e, posteriormente, pela autorização governamental, etapas indispensáveis para qualquer alteração na segregação da massa. Isaac apresentou a proposta de forma objetiva. Explicou que, assim como nas experiências anteriores, a ideia é transferir para o PREVID os atuais pensionistas que hoje estão no FUNAPREV, um contingente de pouco mais de 1.100 pessoas, conforme dados de junho de 2025. Financeiramente, detalhou, esses 1.118 pensionistas representam uma folha mensal de aproximadamente R\$4,7 milhões. Atualmente, o Estado cobre esse valor por meio de aportes mensais. Caso a migração fosse aprovada, essa despesa passaria a ser responsabilidade do PREVID, aliviando o tesouro estadual desse compromisso. Ele apresentou a projeção caso a mudança ocorra em setembro, a economia para o Estado até dezembro será de R\$21,1 milhões. Em 2026, considerando o ano cheio, a previsão é de cerca de R\$60 milhões. Ao longo do tempo, essa cifra tende a cair naturalmente com o falecimento de pensionistas ou o término de benefícios, como no caso de filhos que atingem a maioridade. Segundo Isaac, o grupo a ser transferido representa uma provisão matemática de R\$697 milhões, ou seja, o valor presente de todas as obrigações futuras, calculado a partir do fluxo de pagamentos previstos até o último beneficiário. A Portaria 1.467/2022 estabelece uma fórmula para determinar a margem de segurança, chamada "margem para revisão da segregação", que considera fatores como taxa de juros. Com base nesse cálculo, seria possível transferir obrigações de até R\$1,312 bilhão para o PREVID. Ressaltou que estão propondo bem menos que isso, algo em torno de 700 milhões. Ele lembrou que o PREVID apresenta superávit: a última avaliação, de dezembro de 2024, registrou R\$1,7 bilhão. Mesmo após a migração, o fundo continuaria superavitário, com cerca de R\$700 milhões, preservando uma margem de segurança considerada sustentável. Isaac observou, porém, que boa parte dos recursos do PREVID está aplicada em títulos públicos de longo prazo, sem liquidez imediata, e que o estudo contou com o apoio da Diretoria de Investimentos para projetar o fluxo de vencimentos e cupons. Mostrando um gráfico, explicou que a linha cinza representava a situação atual, sem a revisão da segregação: o caixa líquido disponível hoje é de R\$650 milhões, aumentando gradualmente à medida que os títulos vencem e geram pagamento de juros. As quedas no gráfico refletem a saída de recursos para pagamento de aposentadorias e pensões. Ele frisou



que o importante é que essa linha nunca fique negativa, o que indicaria quebra de caixa. A simulação com a inclusão dos 1.100 pensionistas, identificada pela linha laranja, mantém a projeção de saldo positivo, em torno de R\$2 bilhões no longo prazo, sem risco de liquidez. Por fim, Isaac descreveu os próximos passos caso os conselheiros aprovem a proposta, que é o envio de um projeto de lei complementar à Assembleia Legislativa, seguido de decreto do governador regulamentando a medida e listando os pensionistas a serem transferidos. Em seguida, a Cearaprev atualizaria os cadastros e passaria a pagar os benefícios pelo PREVID. Concluído o processo, toda a documentação, estudo técnico, resolução do Conselho, lei e decreto, seria encaminhada ao Ministério da Previdência Social para análise final. Ele encerrou colocando-se à disposição para esclarecimentos e informou que a votação ficaria a cargo do secretário Garrido. Garrido iniciou sua fala lembrando que já conhecia os números apresentados por Isaac, com quem havia feito uma avaliação prévia junto ao secretário Cialdini. Parabenizou mais uma vez Isaac e toda a equipe da Cearaprev pela condução dos trabalhos relacionados à segregação de massa, ressaltando que participou de parte desse processo em 2021, quando ainda estava na Sefaz, auxiliando na implantação das medidas que agora eram discutidas. Hoje, à frente da área de gestão de pessoas da SEPLAG, aproveitou para registrar um ponto que já havia conversado com Isaac e que foi incluído como dispositivo no projeto de lei que regulamentará o tema. Garrido destacou a importância de se adotar um cuidado redobrado nas negociações envolvendo melhorias salariais, readequações vencimentais e mudanças em planos de cargos. Segundo ele, muitas das documentações que chegam à gestão de pessoas carecem de informações sobre a situação financeira e atuarial dos regimes de previdência. Explicou que todo o esforço para manter metas atuariais, evitar desequilíbrios e preservar o caixa pode ser comprometido quando aumentos salariais ou reestruturações de carreira são concedidos sem avaliar o impacto previdenciário. Uma economia construída com rigor técnico, alertou, pode ser perdida se forem aprovados reajustes que não considerem a sustentabilidade do regime. Para Garrido, é essencial que, em algum momento, as melhorias salariais só sejam discutidas após a comprovação de que não provocarão desequilíbrio atuarial. Defendeu que esse princípio seja incorporado à legislação, ainda que a proposta não precise ser debatida ou aprovada imediatamente. O objetivo, segundo ele, é plantar a semente dessa discussão, para que, no nível de alta gestão, decisões envolvendo remuneração passem a considerar os aspectos previdenciários com o mesmo peso que outros fatores. Concluiu enfatizando que não se trata de barrar as negociações, mas de garantir que cada avanço salarial esteja acompanhado de um estudo técnico que assegure a manutenção do equilíbrio previdenciário em longo prazo, evitando que conquistas arduamente alcançadas em processos como o da segregação de massa sejam comprometidas por falta de planejamento. Juarez parabenizou Garrido e afirmou que considerava a colocação dele perfeita, mas registrou uma discordância em relação ao momento de iniciar o debate. Para Juarez, o assunto já deveria estar em discussão, com planejamento e critério, sem improvisos, pois considera que a questão está atrasada. Relatou que já conversou com Cialdini e com o governador, mencionando inclusive os militares, e que pretende construir uma pauta em conjunto com o doutor Isaac. Destacou que a Diretoria de Investimentos possui metas institucionais de IPCA mais 4,5% e que vem superando os resultados. Ressaltou que, embora o cenário de juros altos seja prejudicial



para a economia do país, para a Cearaprev tem gerado ganhos no mercado financeiro. Lembrou que a maior parte dos recursos, cerca de dois bilhões e meio de reais, pertence ao PREVID, sendo o restante do FUNAPREV e do PREVMILITAR. Finalizou elogiando a iniciativa e reforçando a necessidade de avançar. Garrido complementou observando que o momento de juros elevados facilita a obtenção de resultados financeiros no curto prazo, mas alertou que essa condição não será permanente. Quando os juros caírem, será mais difícil atingir as metas atuariais. Caso se mantenham políticas de reajuste salarial e revisão de planos de cargos e carreiras sem análise atuarial e sem planejamento de longo prazo, as metas poderão ser comprometidas. Defendeu, portanto, uma governança rigorosa, com um teto claro para alterações salariais e de carreiras, prevendo um gatilho de governança automática. Para ele, será inevitável a criação de uma âncora fiscal nesse nível, tema politicamente sensível, mas necessário para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. Garrido acrescentou que já discutiu o assunto com o doutor Isaac e propôs levar a ideia adiante no Conselho. Juarez concordou com as ponderações. A conselheira Virgínia tomou a palavra para expressar concordância parcial com os argumentos apresentados em relação a trazer a SEPLAG para ter mais presença nas mesas de negociação, e a CearáPrev pode facilitar essa aproximação. Mas, demonstrou preocupação com a forma como o Conselho é frequentemente surpreendido por pautas que exigem aprovação imediata, pontuou que toda definição e aprovação deveria ser precedida de estudo detalhado e diálogo estruturado, considerando que os conselheiros representam servidoras e servidores e não participam do dia a dia da gestão das metas e números. Relembrou experiências em que faltou autonomia de representantes da SEPLAG nas negociações, citando inclusive episódios da greve de professores. Destacou ainda que há déficit de reposição salarial às/aos servidoras/es do Estado, em virtude do Governo não cumprir o direito legal de recomposição salarial na data base em janeiro de cada ano. Virgínia afirmou que, muitas vezes, o Conselho se vê obrigado a simplesmente referendar decisões, sem debate aprofundado ou previsão dos impactos, e isso fragiliza o compromisso do Estado e da própria SEPLAG. A conselheira reforçou a importância de discutir a política previdenciária com todos os segmentos envolvidos, especialmente diante da preocupação com aposentados e pensionistas, que não devem continuar arcando com alíquotas elevadas de contribuição. Destacou que aprovações urgentes, como a da segregação de massa feita no passado, tendem a se repetir sem a devida análise através deste Conselho antes da sessão de aprovação. Concluiu em tom de desabafo, dizendo sentir que o Conselho, por vezes, é apenas uma instância para explicar o que já está decidido, sem real poder de deliberação. Para ela, é essencial um encaminhamento político consistente, pois o conselho discute políticas que impactam a vida de milhares de servidores e envolve grande responsabilidade na definição do futuro previdenciário. Garrido retomou a palavra destacando, logo de início, que falava como servidor do Estado e não apenas como Secretário Executivo de Gestão de Pessoas. Reforçou que, embora esteja hoje em cargo de gestão, é auditor da Secretaria da Fazenda e participante do FUNAPREV, portanto diretamente interessado no futuro da previdência estadual. Explicou que sua intenção era tornar mais clara a proposta de revisão da segregação de massas, reconhecendo que, se a mensagem não tem chegado com nitidez aos servidores, a comunicação precisa melhorar. Ele detalhou que a revisão em debate tem um objetivo único: reduzir o déficit atuarial do

FUNAPREV, fundo que funciona em regime de repartição e hoje depende de grandes aportes do Tesouro Estadual, cerca de um bilhão e meio de reais por ano, com previsão de chegar a um bilhão e oitocentos milhões. Segundo Garrido, o movimento consiste em aproveitar a eficiência e o superávit do PREVID, administrado com regras de mercado, para absorver pensionistas que hoje oneram o FUNAPREV, equilibrando assim as contas. Recordou experiências anteriores, como a migração de nove mil beneficiários que resultou em economia próxima de meio bilhão de reais em um único ano. Embora não seja atuário, disse estar à vontade para traduzir conceitos técnicos em linguagem acessível, porque considera fundamental que todos os servidores compreendam o processo. Ressaltou que qualquer decisão que envolva aumento de despesas com pessoal precisa vir acompanhada de análise do impacto previdenciário, pois é muito fácil ampliar o déficit e extremamente difícil reduzi-lo. Defendeu a elaboração de cartilhas e documentos simples, em parceria com a Cearaprev, para garantir transparência e entendimento. Juarez endossou a fala, lembrando que a fundação é vinculada à Seplag e que a comunicação deve usar um “linguajar de servidor”, sem perder a garantia de que o Governo do Estado continuará responsável por honrar todos os compromissos previdenciários. Isaac confirmou que o movimento segue exatamente essa lógica. O conselheiro Nilson Cardoso, por sua vez, reforçou a preocupação já levantada por Virgínia em reuniões anteriores: a sensação de que o Conselho é chamado apenas para aprovar decisões previamente decididas, sem participação efetiva na construção das propostas. Destacou a necessidade de reuniões mais frequentes e de maior diálogo, para que os representantes possam, inclusive, explicar as medidas aos servidores que representam. Carmelita afirmou sentir segurança técnica nas análises conduzidas por Isaac, mas compartilhou inquietação semelhante. Disse temer que exigências de avaliação atuarial acabem dificultando reposições salariais, concursos ou novos planos de cargos, criando obstáculos às conquistas dos servidores. Lembrou exemplos de categorias que obtiveram benefícios expressivos e alertou para que não ocorra priorização para categorias mais articuladas, o que poderá restringir avanços para outros grupos. Carmelita também expressou preocupação com a comunicação relacionada às decisões da presente reunião tendo em vista que tem peso enorme, pois afetará a previdência até 2069. Contudo, nem sempre a sociedade comprehende a necessidade da segregação de massa. Nessa perspectiva, solicitou o suporte de comunicação da CEARAPREV para quando chegar o processo na Assembleia Legislativa, pois certamente haverá ampla discussão sobre a decisão, podendo ocorrer informações distorcidas sobre o assunto, como ocorreu em outros momentos em que os conselheiros foram demandados pelos Deputados Estaduais para esclarecer os votos. Jeruza acrescentou que o déficit previdenciário não foi causado pelos servidores, mas é sobre eles que recaem os maiores sacrifícios, como aumento de alíquotas, contribuição de aposentados e mudanças nas regras de aposentadoria. Defendeu um debate mais profundo, inclusive com os sindicatos, para evitar que o ônus continue recaindo apenas sobre quem trabalha ou já trabalhou no serviço público. Garrido encerrou reiterando que também partilha dessas preocupações. Reafirmou que, como servidor, teme as consequências sobre sua própria aposentadoria se nada for feito e que os regimes previdenciários, no formato atual, são insustentáveis a longo prazo. Destacou o pioneirismo do Ceará na criação de um regime de capitalização e na geração de superávit, medidas voltadas exclusivamente a garantir a



sustentabilidade da previdência. Para ele, é indispensável discutir uma “âncora fiscal” que defina limites claros para despesas, inclusive para permitir que gestores tomem decisões equilibradas sem comprometer o futuro dos servidores. Concluiu dizendo que falava como técnico e como servidor, com base em dados e anos de estudo, e que o debate precisa ser transparente, participativo e baseado em critérios sólidos para proteger o direito de todos à aposentadoria. Jeruza perguntou sobre o limite prudencial de gastos com pessoal, questionando se esse cálculo incluía apenas os servidores públicos efetivos ou também os trabalhadores terceirizados. Garrido respondeu que os terceirizados entram nesse limite. Em seguida, Jeruza perguntou se esses terceirizados contribuem para o Supsec e, ao ouvir de Garrido que não contribuem, manifestou preocupação com a melhoria do fundo. Garrido reconheceu a pertinência da questão e disse que levaria o assunto para ser detalhado por Isaac em uma próxima reunião, com uma proposta de comunicação mais clara. Juarez aproveitou o momento para reforçar que não estava em pauta nenhuma reforma previdenciária. Explicou que, em gestões anteriores, o governo criou um fundo de capitalização que agora atingiu o objetivo de formar uma reserva robusta. O debate, segundo ele, era apenas sobre a forma de redistribuir esses recursos para fortalecer os fundos deficitários, sem alterar direitos ou promover mudanças estruturais. Destacou que o governo segue honrando os compromissos mensais com o FUNAPREV e que toda a operação é fruto de planejamento técnico e conservador, a ponto de ainda manter uma reserva estimada em cerca de 700 milhões de reais. Juarez salientou que, se um dia houver uma reforma previdenciária de fato, será um debate suprapartidário e muito mais complexo, algo que não estava em discussão naquele momento. Garrido concordou com a análise de Juarez e acrescentou que, como gestor, tem segurança para afirmar que os pagamentos continuarão sendo feitos em dia, mas, como beneficiário do sistema, sente receio diante da situação dos regimes de previdência no Brasil. Ele explicou que sua preocupação era pessoal, enquanto, na função de gestor, mantinha plena confiança na capacidade de pagamento. Isaac agradeceu a confiança dos conselheiros e reconheceu a importância de comunicar as informações de forma mais objetiva. Explicou que a medida em discussão reduziria diretamente o déficit do FUNAPREV, citando projeções numéricas que demonstravam uma economia de dezenas de milhões de reais nos próximos anos. Segundo ele, essa iniciativa fortalece a saúde atuarial do fundo, beneficiando todos os participantes e preservando com prudência o superávit do PREVID. Após as explicações, Paloma, que conduzia a reunião, encaminhou a votação da proposta da quarta revisão da segregação prevista para 2025. Garrido afirmou que caso não houvesse manifestações contrárias a proposta deveria ser considerada aprovada, sem ocorrências de expressões contrárias, Paloma declarou a proposta aprovada e informou que seriam iniciados os trâmites legais para a implementação. Em seguida, Paloma perguntou se poderiam prosseguir para a pauta seguinte e, com a confirmação de Garrido, a reunião avançou para o próximo assunto. 3) Apresentação do relatório da avaliação atuarial 2025. Paloma iniciou a apresentação destacando que a próxima pauta seria a Avaliação Atuarial 2025, um documento elaborado anualmente para analisar a situação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Logo na primeira lâmina, ela explicou que a atuária não se restringe apenas ao RPPS, abrangendo também estudos financeiros de médio e longo prazo. O estudo atuarial foi apresentado como essencial para embasar decisões

sobre alteração de parâmetros dos planos de benefícios, definição de alíquotas de contribuição, mudanças nas estruturas remuneratórias e avaliação das novas aposentadorias, o que auxilia inclusive no planejamento de concursos futuros. Paloma reforçou a importância de divulgar amplamente a situação do RPPS para que os Conselhos possam acompanhar de perto os números. Foram apresentados tópicos como o plano de custeio, o percentual de contribuição previdenciária dos servidores ativos, 14% civis e 10,5% militares, e dos entes governamentais, o dobro dos servidores. Observou ainda que aposentados e pensionistas civis contribuem apenas sobre a parcela que excede dois salários mínimos, enquanto os militares contribuem sobre a integralidade dos proventos. Foram apresentadas de forma parcial as premissas utilizadas no estudo, entre elas, a tábua de sobrevivência própria dos servidores do Estado do Ceará, desenvolvida pelo Dr. Isaac em parceria com atuários da Universidade Federal do Ceará. A lâmina seguinte ilustrou os possíveis desdobramentos previdenciários, incluindo o cenário ideal, onde o servidor teria uma longa vida laboral, aposentar-se e usufruir do benefício ao longo da vida pós-trabalho. Esses fluxos são estudados detalhadamente, e a nota técnica atuarial define a forma de cálculo dos benefícios futuros, tanto a conceder quanto os já concedidos. Para tornar os cálculos mais precisos, o Dr. Isaac desenvolveu, em linguagem Python, um código que automatiza e refina essas projeções. Após a contextualização sobre os procedimentos e técnicas foi apresentado uma visão geral do Sistema de Previdência do Estado (SUPSEC). Em 31 de dezembro de 2024, havia 153.722 vínculos distribuídos entre três fundos: o FUNAPREV, o PREVMILITAR e o PREVID. O FUNAPREV, que reúne os servidores civis ingressos até 31 de dezembro de 2013, é deficitário, pois paga mais benefícios do que arrecada em contribuições. O senhor Garrido pediu a palavra e reiterou a necessidade de avaliar os impactos previdenciários decorrentes da concessão de benefício para os servidores ativos, destacou que é de direito de todo servidor, contudo defendeu que sejam realizados de forma planejada para que não seja acentuado o déficit já existente, permitindo uma equalização dos impactos sobre os servidores. Ressaltou também que o assunto de planejamento de concessão de benefício e a construção de uma âncora fiscal é uma pauta importante para o Conselho. Em seguida, a conselheira Jeruza pontuou que o desequilíbrio do quantitativo entre servidores ativos e aposentados se deve à ausência de concursos públicos. O conselheiro Nilson de posse da palavra sugeriu que não houvessem mais interrupções durante a apresentação, para que não houvesse a geração de expectativas de discussões fora da pauta apresentada, e dispersão de foco do assunto apresentado no momento. O senhor Nilson demonstrou sua concordância com a conselheira Jeruza de que fica aparente que o servidor é o único que arca com os custos das necessidades do Estado, e de que há outros elementos que podem ser considerados para o cuidado com as questões fiscais. O senhor Nilson manifestou, também, que considera desconfortável ouvir que o servidor é a única solução para o cenário desfavorável apresentado, enquanto, no encerramento do ano, são apresentados resultados positivos. Paloma deu prosseguimento à apresentação mostrando gráfico do PREVMILITAR, responsável pelos servidores militares, tinha 38.467 vínculos na mesma data e também apresenta déficit. Já o PREVID, destinado aos civis que ingressaram a partir de 2014, é superavitário. Um ponto importante da avaliação é a previsão de aposentadorias programadas. Foram exibidos gráficos mostrando a estimativa de entradas por ano e a evolução futura dessas aposentadorias.

Observou-se que FUNAPREV e PREVMILITAR concentram um pico inicial de servidores já elegíveis, mas que ainda não formalizaram seus processos, além daqueles próximos de atingir os requisitos. Na sequência, Paloma apresentou uma ilustração do cálculo das provisões matemáticas, que estima, a valor presente, todas as contribuições futuras (receitas) e todos os benefícios a pagar (despesas). Esse estudo determina se o plano é superavitário ou deficitário. Em dezembro de 2024, o PREVID apresentou superávit atuarial de R\$1,789 bilhão, enquanto o FUNAPREV registrou um déficit de R\$62,872 bilhões. O PREVMILITAR também deficitário apresentou um valor de R\$27,848 bilhões, totalizando aproximadamente R\$90 bilhões de déficit em todo o sistema. Dr. Isaac complementou a apresentação comentando um gráfico emblemático, presente em praticamente todas as palestras sobre previdência, o fluxo de insuficiência financeira do RPPS onde foi possível ver o comportamento esperado para os custos com aporte financeiro que o Estado terá nos próximos anos. Ele observou que, embora os cálculos sigam parâmetros conservadores da Portaria nº 1.467, em uma análise mais realista indicaria valores um pouco menores, mas a tendência de crescimento do déficit é inegável. Desde 2017, o aporte anual tem se mantido em torno de R\$1,5 bilhão, exigindo constante esforço para sustentar esse nível. Isaac destacou um comportamento relevante: muitos servidores estão adiando a aposentadoria, mesmo já tendo direito adquirido. Em anos anteriores, previa-se mais de duas mil aposentadorias, mas o número efetivo tem ficado entre 1.100 e 1.200. Essa decisão individual impacta diretamente as projeções atuariais e precisa ser melhor compreendida, inclusive sob o ponto de vista social. Há expectativa de um aumento significativo em 2027, quando expira o prazo de cinco anos para incorporação de benefícios aprovados no final do governo Camilo. Isaac chamou atenção para as duas próximas décadas, que serão particularmente desafiadoras. Durante esse período, a despesa previdenciária deve atingir picos elevados antes de começar a cair, resultado da segregação da massa: enquanto o PREVID continua pagando as novas aposentadorias, o FUNAPREV vai gradualmente reduzindo suas despesas. Mesmo assim, a despesa com os militares deve permanecer em torno de R\$2 bilhões, exigindo discussões específicas em momento oportuno. Isaac refletiu sobre o impacto do déficit previdenciário quando comparado a outras contas relevantes do governo estadual. Lembrou que, no ano anterior, o Ceará investiu cerca de 1,8 bilhão de reais, valor próximo ao gasto para cobrir a insuficiência das contribuições, especialmente no FUNAPREV e no PREVMILITAR. Em seguida apresentou um gráfico que considera emblemático e que, segundo ele, serve de consolo, pois demonstra que o problema não é exclusivo do Estado, mas afeta todo o país. O gráfico mostrava o percentual de comprometimento financeiro da previdência em relação à Receita Corrente Líquida. Em 2024, por exemplo, a receita foi de 36 bilhões de reais, enquanto o déficit chegou a 1,4 bilhão, representando 4,02% da receita. Em 2023 esse índice foi de 4,11% e, em 2022, de 4,84%. Isaac destacou que a tendência é de melhora desde 2017, resultado do controle do déficit e do crescimento da receita. Citou ainda o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, que em 2023 apontou um comprometimento médio de 13,9% para o Brasil, bem acima dos 4,11% do Ceará, observando que, embora o ideal fosse zero, a posição do Estado é mais confortável que a média nacional. Em seguida mostrou a projeção para os próximos anos, indicando que o comprometimento, hoje em torno de 4%, tende a crescer, podendo superar 12% por volta de 2034. Explicou que antes da reforma da



previdência as estimativas apontavam para um pico de 17% a 18%, mas que a reforma trouxe um arrefecimento importante. Mesmo com a tendência de alta, o Ceará permanece abaixo da média nacional, o que, apesar de preocupante, representa um cenário comparativamente positivo. Paloma retomou a apresentação destacando que os comentários de Isaac sintetizavam os dados da Avaliação Atuarial de 2025, referente ao exercício de 2024. As últimas lâminas evidenciaram as medidas adotadas pelo Estado para amortizar o déficit e regularizar a situação previdenciária. Entre elas está a segregação da massa em 2013, quando foi criado o PREVID, as adequações da legislação, a criação da Cearaprev e as revisões da segregação da massa. Após o fim da apresentação dos resultados da avaliação, foram mostrados dados previdenciários, de caráter informativo, no âmbito nacional. Outro ponto enfatizado foi o Certificado de Regularidade Previdenciária, documento essencial para a celebração de contratos e convênios com a União, que se trata de documento com renovação periódica a cada seis meses, e concessão diante de cumprimento de exigências ministeriais, como o envio dos demonstrativos da avaliação atuarial, de investimentos e de execução financeira. O certificado do Ceará está válido até 27 de dezembro de 2025. Para finalizar, Paloma reforçou uma sugestão feita na apresentação do ano anterior: o curso básico de Atuária Aplicada, oferecido gratuitamente e on-line pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, recomendado para ampliar o conhecimento dos conselheiros. Encerrada a exposição, ela abriu espaço para comentários. O conselheiro Garrido elogiou a apresentação e, sem outras manifestações, Paloma concluiu a décima terceira reunião ordinária, registrando a aprovação da nova revisão de segregação, a correção da ata da quinta reunião extraordinária e informando que o documento seguiria para assinatura virtual. Sendo esses os assuntos da reunião, e não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente Garrido agradeceu os presentes na reunião e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Elayne Naglie Aguiar Oliveira, lavrei a presente Ata assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes representando.

Fortaleza - CE, 18 de setembro de 2025.

JOSE GARRIDO BRAGA Assinado de forma digital por JOSE
NETO:65880692353 GARRIDO BRAGA NETO:65880692353
Dados: 2025.10.10 09:47:19 -03'00'

JOSÉ GARRIDO BRAGA
Presidente do CEPPS
Conselheiro suplente

Documento assinado digitalmente
gov.br
NILSON DE SOUZA CARDOSO
Data: 13/10/2025 09:28:16 -0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

NILSON DE SOUZA CARDOSO
Conselheiro titular

JOSE JUAREZ Assinado de forma digital
DIOGENES por JOSE JUAREZ DIOGENES
TAVARES:07379927353 TAVARES:07379927353
Dados: 2025.10.14 14:09:48
-03'00'

JOSÉ JUAREZ DIÓGENES TAVARES
Conselheiro titular

Assinado digitalmente por
MARCELO GONDIM
PICANÇO:64244130306
Data: 2025.10.13
11:46:12
-03'00'

MARCELO GONDIM PICANÇO
Conselheiro titular



Documento assinado digitalmente



VIRGINIA MARCIA ASSUNCAO VIANA
Data: 07/10/2025 22:52:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VIRGÍNIA MÁRCIA ASSUNÇÃO
Conselheira Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES
Acesse o documento assinado digitalmente:
<http://serpro.gov.br/assinados-digitais>



MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES
Conselheira titular

Assinado
digitalmente por
PÁTRICIA LIMA DE
SOUSA:66385423387
Data: 2025.10.13
11:12:23 -0300

PATRÍCIA LIMA DE SOUSA
Conselheira Titular

Documento assinado digitalmente
FRANCISCA JERUZA FEITOSA DE MATOS
Data: 13/10/2025 16:24:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



JERUZA FEITOSA
Conselheira titular


SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS DA SILVA
Conselheiro titular